

## **BANCO MASTER, BRB E CAIXA:** ***O que está em jogo e por que você precisa saber***

---

**Análise de enquete sobre socorro da Caixa ao BRB**



Este ebook foi produzido pelo **Comitê Popular de Luta em Defesa da Caixa** para que você entenda, de forma clara e direta, o que está por trás de uma das maiores crises bancárias dos últimos anos no Brasil — e porque ela pode afetar diretamente quem trabalha e depende da Caixa Econômica Federal.

A história do Banco Master não é apenas uma história de má gestão ou de um banco que quebrou. É a história de como **interesses privados capturaram instituições públicas**, de como políticos do Centrão e da direita usaram bancos públicos para cobrir prejuízos bilionários, e de como a Caixa — o maior banco social do Brasil — quase foi arrastada para dentro dessa crise.

Nas próximas páginas, você vai entender:

- O que foi o Banco Master e por que ele quebrou
- Como o BRB entrou nessa história — e o rombo que ficou
- Como tentaram envolver a Caixa na operação
- Onde estamos agora: TCU, Justiça e capitalização bilionária
- O que a base dos empregados pensa sobre tudo isso
- O que o Comitê defende

**Leia, compartilhe e se informe.** Defender a Caixa começa por entender o que ameaça o banco que está na vida de todo brasileiro.

# O que foi o Banco Master

## Um modelo insustentável que ruiu

O Banco Master operou durante anos com um modelo de negócio que desafiava qualquer lógica de prudência bancária: captava recursos oferecendo CDBs com taxas muito acima do mercado — remunerações que nenhum banco saudável conseguiria sustentar no longo prazo — e aplicava esses recursos em ativos de alto risco, baixa liquidez e retorno incerto.

Na prática, era um modelo que dependia de dinheiro novo entrando para pagar o dinheiro antigo. Uma ciranda financeira que só funcionava enquanto houvesse investidores dispostos a aceitar o risco em troca de rendimentos acima da média.

O problema é que esse modelo tinha um fiador involuntário: o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) — o mecanismo que protege os depósitos de até R\$ 250 mil por CPF em caso de quebra bancária. A exposição do FGC ao Banco Master chegou a R\$ 48 bilhões, um valor que, sozinho, representava uma ameaça sistêmica ao fundo que protege todos os depositantes do país.

## A engrenagem das plataformas e as comissões bilionárias

O colapso do Banco Master não foi sustentado apenas por decisões internas ou por proteção política. Ele também contou com uma engrenagem comercial poderosa: uma rede de bancos, plataformas digitais e fintechs que distribuíram seus CDBs com taxas muito acima do mercado.

Reportagem da colunista Mariana Barbosa, no UOL, revelou que as comissões pagas às plataformas ajudaram a viabilizar o crescimento explosivo do Master. Segundo a apuração, os intermediários receberam remunerações elevadas pela venda dos títulos, criando um forte incentivo comercial para manter a oferta desses produtos no mercado.

Outra reportagem, publicada pelo Valor Econômico, trouxe um elemento ainda mais revelador: o CEO do Itaú afirmou que o banco decidiu, por convicção, não distribuir CDBs do Master. A declaração é importante porque mostra que havia, no mercado, percepção de risco suficiente para que grandes instituições optassem por não participar da distribuição.

Enquanto alguns bancos recusavam o produto por prudência, outros agentes financeiros seguiram distribuindo títulos que prometiam retornos muito acima da média — alimentando o modelo que, depois, revelou-se insustentável.

O Banco Central informou que cerca de R\$ 12 bilhões em carteiras de crédito vendidas ao BRB eram fraudulentas. Paralelamente, reportagens apontam que o Master pagou mais de R\$ 1 bilhão em comissões a instituições financeiras como XP e BTG ao longo do período de expansão.

Isso revela que o problema não foi apenas de gestão interna. Houve um ecossistema financeiro que lucrou com a distribuição dos produtos enquanto o risco era empurrado para frente — e, no final, acabou atingindo um banco público

### **Compliance Zero e a Polícia Federal**

Em novembro de 2025, a Polícia Federal deflagrou a Operação Compliance Zero, que resultou na prisão de Daniel Vorcaro, o controlador do Banco Master, e de outros executivos. As investigações apontaram para um esquema de gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro e manipulação de balanços que mantiveram o banco operando artificialmente enquanto o rombo crescia nos bastidores.

A operação da PF confirmou o que o mercado já suspeitava: o Banco Master não era apenas um banco mal gerido — era um banco que operava à margem da legalidade, com uma rede de proteção política que lhe garantia tempo e espaço para continuar funcionando.

E essa rede política não era pequena. As investigações e a cobertura jornalística conectaram o Master a figuras como Ciro Nogueira, Cláudio Castro e outros operadores políticos da direita e do Centrão — o mesmo grupo que historicamente defende a privatização de bancos públicos e a captura do Estado por interesses privados.

Com a prisão de Vorcaro e a exposição da fraude, o Banco Central decretou a liquidação do Banco Master, dando início a um dos maiores processos de resolução bancária da história recente do Brasil.

# Como o BRB entrou na crise

## A compra que não deveria ter acontecido

Antes da liquidação do Master, o BRB (Banco de Brasília) — banco público controlado pelo Governo do Distrito Federal — havia fechado uma operação para comprar o Banco Master. O negócio, porém, foi vetado pelo Banco Central, que identificou riscos inaceitáveis para o sistema financeiro e para o próprio BRB.

Mas o estrago já estava feito. Antes do veto, o BRB já havia adquirido R\$ 12,2 bilhões em carteiras de crédito do Master — ativos que, com a liquidação, revelaram-se muito mais tóxicos do que o previsto. O resultado foi devastador.

## O rombo no BRB

As perdas do BRB com as carteiras do Master chegaram a R\$ 5 bilhões, o equivalente a 77% do patrimônio líquido do banco. Para um banco público regional, isso é um golpe quase fatal.

As consequências se espalharam:

- O Distrito Federal perdeu capacidade fiscal. Segundo a Folha de S.Paulo, o rombo gerado pela operação BRB-Master custou mais de R\$ 1 bilhão em receitas, comprometendo serviços públicos e investimentos.
- O BRB foi proibido pelo Tesouro Nacional de captar depósitos com garantia federal — uma medida drástica que sinalizou a gravidade da situação.
- O governo do Distrito Federal sob Ibaneis Rocha, precisou aprovar às pressas a venda de 9 imóveis públicos para cobrir parte do prejuízo.

## Quem é responsável?

A gestão do BRB que aprovou a operação com o Master está diretamente ligada ao governo bolsonarista de Ibaneis Rocha e Celina Leão e ao grupo político do Centrão que controla o Distrito Federal. A decisão de comprar carteiras bilionárias de um banco sob investigação não foi um erro técnico — foi uma decisão política, tomada por quem tratou um banco público como instrumento de interesses privados.

É fundamental deixar claro: os trabalhadores e trabalhadoras do BRB não são responsáveis pela crise. Ao contrário, são vítimas de um modelo de gestão que

instrumentaliza bancos públicos para atender interesses que nada têm a ver com o serviço público.

## Como a Caixa entrou nessa história

### A tentativa de transferir o problema

Com o BRB em crise e o Master liquidado, surgiu a movimentação mais preocupante de toda essa história: a tentativa de envolver a Caixa na absorção de carteiras e ativos ligados à operação BRB-Master.

Em fevereiro de 2026, diversos veículos de imprensa — CNN Brasil, ICL Notícias, Poder360, Valor — noticiaram que a Caixa estaria em negociações para comprar carteiras de crédito do BRB, justamente aquelas contaminadas pela operação com o Banco Master. A lógica seria simples e perversa: transferir para o maior banco público do país o ônus de uma operação desastrosa conduzida por gestores políticos do Distrito Federal.

### Ceron nega, mas a desconfiança permanece

Em 25 de fevereiro de 2026, o presidente do Conselho de Administração da Caixa, **Rogério Ceron**, negou publicamente que o banco estivesse negociando a compra de ativos do BRB ligados ao Master. Ceron nega, mas a desconfiança permanece e tem lastro. E o motivo é um precedente interno que não pode ser ignorado.

### O caso Caixa Asset — o precedente que acende o alerta

Antes de toda a crise estourar, a Caixa Asset — braço de gestão de recursos da Caixa — emitiu um parecer técnico contrário à aquisição de R\$ 500 milhões em ativos do Banco Master. Em 2024, os analistas da Caixa identificaram riscos elevados e recomendaram que o banco não entrasse na operação.

O desfecho? Segundo apuração da imprensa, empregados que participaram da elaboração do parecer sofreram retaliação interna. O episódio revelou que, dentro da própria Caixa, houve pressão para que o banco aceitasse ativos tóxicos do Master — e quem resistiu tecnicamente pagou o preço.

Esse é o ponto que mais preocupa: a decisão técnica dos empregados protegeu a Caixa de um prejuízo que poderia ter sido bilionário. Foram os trabalhadores da Caixa que barraram a operação. E por isso foram punidos.

O Comitê defende que a CGU aprofunde as apurações e que os empregados retaliados tenham sua situação revista.

## ONDE ESTAMOS AGORA

### TCU entra em cena

Em 27 de fevereiro de 2026, o Tribunal de Contas da União (TCU) deu um prazo de 15 dias para que o Ministério da Fazenda, a Caixa, o Banco do Brasil e o BNDES informem se estudam ou planejam a federalização do BRB — ou seja, se há qualquer plano de o governo federal assumir o banco do Distrito Federal direta ou indiretamente.

A decisão do TCU é significativa. Significa que os órgãos de controle estão atentos à possibilidade de que a crise do BRB-Master seja resolvida às custas de bancos públicos federais — e querem transparência antes que qualquer operação seja consumada nos bastidores.

### Justiça bloqueia e BRB tenta se capitalizar

Paralelamente ao TCU, a Justiça determinou o bloqueio de R\$ 376,4 milhões em ações relacionadas à operação BRB-Master, sinalizando que há indícios de irregularidades graves que precisam ser investigadas.

Para tentar sobreviver ao rombo, o BRB anunciou um plano de capitalização de R\$ 8,86 bilhões — um valor que ultrapassa em muito a capacidade fiscal do Distrito Federal e que depende de fontes de recursos ainda incertas.

Além disso, o Governo do Distrito Federal colocou à venda 9 imóveis públicos para cobrir parte das perdas. É o patrimônio público do povo do Distrito Federal sendo liquidado para pagar a conta de uma operação que beneficiou interesses privados.

### Os próximos capítulos

As datas-chave para acompanhar:

- **2 de março de 2026:** o presidente do BRB presta depoimento na **Câmara Legislativa do Distrito Federal**) — e terá que dar explicações públicas sobre a operação com o Master.

- **16 de março de 2026: Assembleia Geral do BRB** — onde os acionistas (incluindo o Governo do Distrito Federal) vão deliberar sobre o plano de capitalização e o futuro do banco.
- **Prazo TCU (até ~14 de março):** Fazenda, Caixa, BB e BNDES devem responder se há planos de federalização do BRB.

O cenário está em movimento. E cada decisão tomada nas próximas semanas pode definir se a crise do Master vai ficar contida no BRB ou se vai se espalhar para instituições federais — incluindo a Caixa.

## O QUE A BASE PENSA: RESULTADOS DA ENQUETE DO COMITÊ

### A pergunta que precisava ser feita

Enquanto as negociações corriam nos bastidores de Brasília, o Comitê Popular de Luta em Defesa da Caixa decidiu fazer o que ninguém estava fazendo: perguntar diretamente à base. A enquete foi publicada no site [bemnavidadaspessoas.com.br](http://bemnavidadaspessoas.com.br) e amplamente divulgada nos canais do Comitê — Instagram, WhatsApp, newsletter e redes sociais.

### A pergunta foi objetiva e direta:

*"A Caixa deve se envolver em operação ligada ao BRB após o caso Banco Master?"*

Além da pergunta central, a enquete coletou dados de perfil dos participantes — estado (UF), vínculo com a Caixa e local de atuação — para mapear quem está respondendo e garantir que os resultados reflitam a voz de quem realmente conhece o banco por dentro.

### O resultado: 98,11% contra — sem margem para dúvida

98,11% dos participantes votaram CONTRA qualquer envolvimento da Caixa em operações ligadas ao BRB após o caso Banco Master. Apenas 1,89% responderam "depende". Nenhum participante — zero — votou a favor.

Não é uma margem apertada. Não é uma divisão de opiniões. É uma rejeição virtualmente unânime. E o detalhe mais expressivo: não houve sequer uma voz a favor. A única alternativa ao "contra" foi um "depende" residual de menos de 2%. Quem conhece a Caixa sabe o que está em jogo — e disse não.

## **Quem respondeu: o perfil da base que falou**

Os dados de perfil dos participantes revelam que a enquete alcançou exatamente quem deveria alcançar — quem vive a realidade da Caixa no dia a dia.

Vínculo com a Caixa:

- 51,95% são aposentados — profissionais que dedicaram décadas ao banco e acompanham de perto qualquer ameaça ao patrimônio que ajudaram a construir
- 44,16% são empregados ativos — quem está hoje dentro da Caixa, vivendo o cotidiano do banco, sentindo as pressões e conhecendo os riscos por dentro
- 2,60% são clientes e 1,30% têm outro vínculo

Juntos, aposentados e empregados ativos representam 96,11% dos participantes. Isso significa que a enquete ouviu quem realmente importa nessa discussão: quem fez e quem faz a Caixa funcionar. Não é opinião de quem está de fora — é posição de quem conhece o banco por dentro, por cima e por baixo.

## **Onde atuam (ou atuaram) na Caixa:**

- 66,23% trabalham ou trabalharam em agência — a ponta, o balcão, o atendimento direto ao público. São dois em cada três respondentes.
- 22,52% atuam na área meio — os setores de suporte, controle, análise e operações internas
- 11,26% são da matriz — o núcleo estratégico e decisório do banco

Esse dado é especialmente relevante. Quem trabalha em agência é quem mais sente o impacto de decisões arriscadas no topo. Se a Caixa entra em uma operação que dá errado, é na ponta que as consequências aparecem primeiro — metas impossíveis, sobrecarga, insegurança. E é justamente essa base operacional que disse não com mais força.

A distribuição entre agência, área meio e matriz também mostra que a rejeição não vem de um setor isolado — ela atravessa toda a estrutura do banco, da ponta à matriz.

## **De onde vieram as respostas: 19 estados representados**

A enquete alcançou participantes de 19 unidades da federação, cobrindo todas as regiões do Brasil:

- Sudeste: São Paulo (18,87%), Minas Gerais (11,32%), Rio de Janeiro (8,81%) e Espírito Santo (1,26%)
- Centro-Oeste: Distrito Federal (16,35%), Goiás (1,89%) e Mato Grosso (1,89%)
- Nordeste: Pernambuco (10,06%), Rio Grande do Norte (5,66%), Bahia (2,52%), Ceará, Maranhão, Paraíba e Sergipe (cada um com 0,63%)
- Sul: Rio Grande do Sul (10,06%), Santa Catarina (5,03%) e Paraná (2,52%)
- Norte: Amazonas e Rondônia (cada um com 0,63%)

Os cinco estados com mais participação — São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul — somam juntos 66,66% das respostas e representam justamente as maiores bases de empregados da Caixa no país.

O destaque para o Distrito Federal (16,35%) é significativo: é onde o BRB está sediado, onde o rombo aconteceu e onde a população mais sente as consequências da crise. A base da Caixa no Distrito Federal — que convive com os colegas do BRB e vê de perto o estrago — é a segunda maior representação na enquete. E votou contra.

### **O que os números revelam juntos**

Quando se cruzam os dados, o retrato é inequívoco:

- 98,11% contra, com zero votos a favor
- 96,11% dos participantes são empregados ativos ou aposentados — gente da Caixa
- 66,23% vêm da base operacional (agência) — quem mais sente o impacto de decisões arriscadas
- 19 estados representados — não é uma bolha regional, é um sentimento nacional

A enquete não é uma pesquisa de opinião genérica. É a voz organizada de quem conhece a Caixa dizendo, de forma clara e documentada: *"Não queremos que o nosso banco pague a conta da irresponsabilidade de outros."*

Esse resultado agora é público, documentado e permanente. Pode ser citado em qualquer negociação, qualquer audiência, qualquer debate. O Comitê transformou opinião em dado — e dado é mais difícil de ignorar.

Se você chegou até aqui, **compartilhe este material**. Mande para quem trabalha na Caixa, para quem depende dela, para quem acredita que banco público é do povo.

**Defender a Caixa é defender o emprego, o Brasil e o futuro.**

---

 **Siga o Comitê e fortaleça esta luta**

- **Instagram:** [instagram.com/comitepopularcaixa](https://www.instagram.com/comitepopularcaixa)
- **Canal do WhatsApp:** [Acesse aqui](#)
- **YouTube:** [youtube.com/@comitepopularcaixa](https://www.youtube.com/@comitepopularcaixa)
- **Facebook:** [facebook.com/comitepopularcaixa](https://www.facebook.com/comitepopularcaixa)
- **Site e Newsletter:** [bemnavidadaspessoas.com.br](https://bemnavidadaspessoas.com.br)

 **CAIXA: um bem público na Vida das Pessoas**